

ARTIGO



Augusto Rocha*

São muitos desafios em relação ao clima, conservação da Amazônia e fornecimento de energia elétrica. Cada um dos aspectos merecem uma atenção muito maior do que a que tem sido dada para as questões ao longo da história. Não há dúvida que precisamos reduzir o consumo de diesel para a geração de energia elétrica, aumentando a eficiência, focando uma transição para fontes renováveis. Também é muito claro que existe uma grande população da região Amazônica sem energia elétrica. Em meio ao contexto, há uma grande parte da energia gerada pelas hidrelétricas da região que são usadas para abastecer outras áreas do país.

Ou seja, o cenário posto é, por um lado, interessante e eficiente, pois há uma significativa produção de energia hidrelétrica que é distribuída em um grande sistema nacional, por outro, pelo isolamento das populações e a grande

Amazônia: conservar a floresta também é garantir energia

dispersão territorial, ainda há uma parcela muito grande desassistida de um sistema integrado, mesmo com anos de programas como o Luz Para Todos. Como um exemplo, de acordo com a Norte Energia, em relatório de 2023, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a maior usina 100% nacional, atendendo a mais de 60 milhões de pessoas, com 6% da capacidade total de geração do país e 10% da capacidade de geração de todas as hidrelétricas.

De acordo com estudo de Gustavo Pinto e João Arbache, em artigo de 2025, concluíram, dentre diversos outros achados que “os impactos do desmatamento na Amazônia vão além da Região Norte, afetando a segurança energética e a economia em todo o país”, havendo uma clara necessidade de proteção da floresta para os rios voadores e outras dinâmicas climáticas. Com a chegada da seca agravada pelo El Niño e os assus-

tadores eventos extremos nos Andes ao longo dos últimos dias fica muito evidente que há uma necessidade de medidas de proteção tanto pela biodiversidade em si, como por motivadores econômicos amplos. As sociedades locais já têm sofrido com os eventos extremos e agora fica evidente que todo o tripé da sustentabilidade depende de medidas de proteção da floresta que sejam mais amplas.

É necessário integrar as políticas públicas de proteção do meio ambiente com a indução de atividades econômicas, para além do conservacionismo pelo conservacionismo, ignorando as pessoas e a economia. O caminho da transformação da Amazônia não será um caminho igual ao passado de outras regiões nacionais. Precisamos criar uma trilha de proteção do meio ambiente porque interessa às pessoas, à sociedade e à economia. Atualmente os olhares não integram as dimensões

e milhões de habitantes seguem sem energia elétrica para subsistência. Há oportunidades na criação de projetos de Energias Renováveis para Comunidades Isoladas e de Energia Hidrocinética nos Rios.

Está na hora de criar o Fórum Amazônico de Energia, favorecendo a articulação entre os Estados Amazônicos para soluções que dialoguem entre si, com a elaboração de um Balanço e Plano Energético que faça uso dos potenciais de energia para a própria região. A Amazônia tem sido pródiga em fornecer energia para o país. Está na hora do país começar a priorizar a Amazônia para seus próprios habitantes sem realizar a trilha de destruição ambiental que foi feita nas demais regiões. O momento é oportuno e a crise climática, temperada pela seca pode ser um bom motivador para um plano mais amplo.

*é professor da Ufam

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

Não discordo em nada do vídeo postado pelo empresário Pedro Monteiro, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação, eu sua rede social (<https://www.instagram.com/p/Dcl2B2opk1U/>). Apenas acrescento alguns pontos para que tudo o que ele defende possa, de fato, acontecer e beneficiar quem preservou a floresta em pé até hoje.

Vivi três décadas no setor primário do Amazonas e, até hoje, continuo acompanhando de perto essa realidade. Essa ligação com a indústria é perfeita —é também um sonho meu. Contudo, os exemplos que conheço, especialmente o

Meu comentário sobre vídeo do empresário Pedro Monteiro

do pirarucu de manejo, mostram que quem está na origem de tudo muitas vezes não recebe sequer o custo de produção.

O que ameniza essa situação, nesse caso, é a PGPM-Bio, política para a qual ajudei na construção e pela qual lutei para incluir o pirarucu de manejo. Foi uma batalha grande, porque havia desconhecimento sobre a realidade do produto e foi necessário mudar a legislação para permitir a inclusão de produtos de origem animal na subvenção federal.

Precisamos criar mecanismos que permitam acompanhar quanto do valor gerado nessa cadeia

realmente chega às pessoas que estão na floresta. Esse deveria ser um compromisso de todos. Infelizmente, as ONGs parecem não demonstrar a mesma preocupação com isso.

Também é urgente que o Amazonas tenha o seu ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico). Com ele, o nosso “tiro” econômico poderá ser mais certo, organizado e, principalmente, com segurança jurídica.

E volto a afirmar: há ONGs que não querem o ZEE, apesar de existir um “E” de ecológico no nome. Na prática, querem continuar engessando o Amazonas, dificultando justamente aquilo que poderia

organizar e dar segurança ao nosso desenvolvimento. Atendem outros interesses.

Nessa luta, enquanto servidor federal, sempre tive o apoio da Faea, OCB e Fetagri. Quando fui indicado para superintendente, além dessas três entidades, também contei com o apoio formal da Fieam, Cieam e ACA. Serei grato eternamente!

Gosto de ver seus vídeos, Pedro. Eles renovam minha esperança de que ainda podemos construir um modelo em que a floresta em pé, o produtor, o extrativista, a indústria e o desenvolvimento caminhem juntos.

Minha esperança se renova.

* é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio – thomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Luís Lemos*

Francisco das Chagas era um babalorixá respeitado, com mais de setenta anos dedicados ao sacerdócio no Candomblé. Durante toda a vida, conduziu os trabalhos religiosos de sua comunidade, aconselhou famílias e dedicou-se à preservação dos ensinamentos e fundamentos recebidos ao longo de sua trajetória religiosa.

Sentindo o peso da idade, decidiu preparar seu filho mais velho, Severino das Chagas, para assumir maiores responsabilidades na condução do terreiro. Todas as tardes, os dois se reuniam à sombra de uma frondosa mangueira, onde conversavam sobre tradições, responsabilidades e os cuidados necessários à preservação da casa. Sem que eles percebessem, sua neta mais velha, Fernanda, acompanhava atentamente aqueles encontros, ouvindo cada uma das lições transmitidas pelo avô.

Certa tarde, ela perguntou: — Vovô, por que o senhor é chamado de babalorixá e minha madrinha de ialorixá? Francisco sorriu. — Babalorixá é uma das denominações utili-

Líderes religiosos – Ialorixá

zadas para uma liderança religiosa masculina, enquanto ialorixá designa uma liderança religiosa feminina. Ambos podem exercer importantes funções na condução de uma casa de Candomblé, de acordo com os fundamentos e as tradições de cada comunidade.

A menina fez outra pergunta. — Existe diferença entre o Candomblé e a Umbanda? — Sim. O Candomblé é uma religião afro-brasileira constituída no Brasil a partir de diferentes tradições religiosas trazidas por povos africanos escravizados e preservadas e recriadas por seus descendentes. Suas práticas e fundamentos podem variar de acordo com as diferentes nações e tradições existentes. A relação com os Orixás, a ancestralidade, a comunidade e os elementos da natureza ocupam um lugar fundamental em muitas dessas tradições.

— E a Umbanda? — A Umbanda também é uma religião brasileira, formada no início do século 20 e marcada pelo diálogo entre diferen-

tes tradições religiosas e culturais. Em muitas de suas práticas, estão presentes referências às religiões de matriz africana, ao Cristianismo, ao Espiritismo e às tradições indígenas. A Umbanda cultua os Orixás e trabalha, conforme suas diferentes linhas e tradições, com entidades espirituais como Caboclos, Pretos-Velhos e outras manifestações. A caridade e o acolhimento ocupam lugar importante em muitas casas de Umbanda.

Fernanda sorriu. — Então são diferentes, mas ensinam valores importantes. — Exatamente. Conhecer as diferenças é importante, mas respeitá-las é ainda mais. Existem diferentes tradições religiosas e diferentes formas de compreender e buscar o Sagrado. O respeito é fundamental para que possamos conviver com essa diversidade.

Os meses passaram. Enquanto Severino assumia novas responsabilidades e aprofundava seus conhecimentos sobre a tradição da família, Fernanda demonstrava grande inte-

resse pelos ensinamentos transmitidos dentro daquela comunidade. Acompanhava atentamente a vida do terreiro, aprendia com os mais velhos e procurava compreender os fundamentos e responsabilidades que envolviam aquela tradição.

Com o passar do tempo, Francisco percebeu que a neta também poderia desempenhar um papel importante na continuidade do legado religioso da família e da comunidade. Na tradição daquela casa, acreditava que Fernanda deveria ser preparada para assumir, no futuro, responsabilidades cada vez maiores.

Quando sentiu que sua saúde já não lhe permitia manter o mesmo ritmo de antes, Francisco chamou o filho. — Severino, durante muitos anos imaginei que você daria continuidade à minha caminhada. Mas compreendi que a responsabilidade de preservar esta casa precisa ser compartilhada e respeitada de acordo com os fundamentos de nossa tradição. Fernanda aprendeu muito convivendo conosco e acredito que

ARTIGO



Flávio Guimarães*

Liderança estratégica: o equilíbrio entre a norma e a gestão de pessoas no mercado atual

No ecossistema corporativo contemporâneo, a gestão de pessoas transcendeu o simples cumprimento de rotinas operacionais para se tornar o epicentro do sucesso organizacional. Em um mercado dinâmico e altamente competitivo, a verdadeira vantagem estratégica reside na capacidade de influenciar e engajar equipes de forma voluntária e colaborativa. Contudo, alcançar essa fluidez exige mais do que intuição: demanda a integração harmoniosa entre a eficiência dos processos operacionais, a visão de governança empresarial e o rigor normativo que baliza as relações de trabalho.

O cotidiano das empresas revela um paradoxo frequente. De um lado, fala-se ostensivamente em inteligência emocional e ambientes de trabalho saudáveis. De outro, observa-se a intensificação do estresse e do desgaste nas relações laborais, impulsionados pela urgência na entrega de resultados e pela falha na condução dos fluxos internos. A origem desse ruído, em grande parte, está no desconhecimento sobre como gerir o comportamento humano no ambiente corporativo, respeitando simultaneamente os princípios constitucionais do trabalho e a otimização de processos.

Saber reconhecer e corrigir é uma arte estratégica que envolve governança e conformidade legal. O ato de penalizar —ou aplicar sanções disciplinares —não deve ser encarado como mera punição coercitiva, mas sim como um instrumento educativo e regulatório. Sob a ótica do Direito do Trabalho, a aplicação de advertências ou suspensões exige observância estrita aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, gradação da pena e, fundamentalmente, da preservação da dignidade da pessoa humana. Um ato disciplinar aplicado sem respaldo processual adequado, em momento inoportu-

no ou de forma pública, desvia-se de sua finalidade orientadora, gera passivos trabalhistas desnecessários e degrada o clima organizacional.

Por outro lado, o elogio e o desenvolvimento contínuo são ferramentas vitais para a retenção de talentos e a melhoria do desempenho dos processos. O erro pedagógico de muitas lideranças é tratar o bom desempenho como mera obrigação, enquanto reservam atenção exclusiva para a repreensão das falhas. O reconhecimento público e a capacitação constante não apenas motivam, mas consolidam a cultura de compliance e eficiência. Todavia, até o elogio requer sensibilidade estratégica para evitar melindres ou percepções de favoritismo, o que exige do gestor uma visão analítica sobre a dinâmica de sua equipe.

Sob a perspectiva da Engenharia de Processos e da Administração, gerir uma organização é alinhar pessoas, estruturas e rotinas. Quando a liderança falha no autocontrole emocional e na condução dos procedimentos, cria-se um ambiente instável, onde decisões amadoras comprometem a sustentabilidade do negócio. A maturidade corporativa exige que as penalidades sejam pedagógicas e respaldadas pela norma, e que os elogios e treinamentos sejam constantes e alinhados aos objetivos da empresa.

O sucesso de uma empresa no mercado atual depende diretamente do equilíbrio entre o cumprimento do Direito, a excelência dos processos operacionais e a capacidade de gerir o capital humano com inteligência e empatia. Ao alinhar a conformidade legal ao desenvolvimento de talentos, a liderança transforma desafios contratuais e comportamentais em alavancas de produtividade e harmonia no trabalho.

Como você avalia a maturidade das práticas de liderança e conformidade nas organizações regionais atualmente?

*é mestre pela UFPA, diretor de Educação da ABRH e coordenador dos cursos tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

deve ser preparada para assumir responsabilidades dentro desta comunidade.

Com os olhos marejados, Severino perguntou: — E qual será o meu papel? — Caminhe ao lado dela. Proteja-a, aconselhe-a e ajude-a a preservar nossa tradição. Liderar também é servir à comunidade. — Eu prometo honrar seus ensinamentos e ajudar a preservar o legado de nossa família — disse Severino.

Sete meses depois, após um período de atividades religiosas, Francisco das Chagas sentiu fortes dores nas costas e, nos dias seguintes, teve sua saúde rapidamente agravada. Enfraquecido, recolheu-se ao descanso e, pouco tempo depois, faleceu, deixando entre familiares, amigos e membros da comunidade a memória de um homem dedicado à tradição religiosa.

Após sua partida, a comunidade recordou seus ensinamentos e seu desejo de preservar a continuidade do terreiro. Fernanda das Chagas, que desde a infância acompanhava a trajetória religiosa da família e aprendera com os mais velhos, passou a ser preparada, de acordo com os fundamentos e tradições daquela casa, para assumir novas responsabilidades. Assim, após cumprir o processo religioso estabelecido

pela tradição de sua comunidade, Fernanda foi reconhecida como a nova ialorixá do terreiro.

Ao assumir a liderança, compreendeu que ser ialorixá significava uma grande responsabilidade. Sua missão envolvia a dedicação à comunidade, a preservação dos fundamentos religiosos, o respeito à ancestralidade e a continuidade das tradições transmitidas pelas gerações anteriores. Assim, o legado de Francisco das Chagas permaneceu vivo nas mãos de uma nova geração. O Terreiro Francisco da Mata consolidou-se como um espaço de preservação cultural e religiosa, convivência comunitária e continuidade de uma tradição construída ao longo de décadas.

Atualmente, suas portas permanecem abertas para aqueles que buscam acolhimento e orientação dentro dos princípios e tradições da comunidade. Apesar de sua importância cultural e religiosa, Fernanda das Chagas lembra que o preconceito contra as religiões de matriz africana ainda é uma realidade. — Eu só não deixo o senhor divulgar o endereço do nosso Terreiro no *Jornal do Commercio* porque ainda hoje sofremos muito preconceito e discriminação — alertou Fernanda, a nova Ialorixá da comunidade.

*é filósofo, professor universitário e escritor, autor, entre outras obras, de *Filhos da Quarentena: A esperança de viver novamente*, Editora Viseu, 2021.